

## ENSINO MÉDIO: ALGUMAS REFLEXÕES EM TORNO DOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS PARA A ELABORAÇÃO DE UM NOVO CURRÍCULO (High-school education: a new few reflexions around the national curricular parameters for the elaboration of a new curriculum)

### ABSTRACT

In view of the teacher being the privileged reader of the national curricular proposals of a new political and pedagogical project for high-school education, our aim, in this work, is to weave a few considerations regarding these proposals, attempting to reflect on the understanding difficulties shown on these official documents and the teachers' effort to follow the proposal suggested by the Ministry of Education (MEC) in its pedagogical practices. We have realized that by observing a few teaching programs (course plans) of the Portuguese Language of the 3<sup>rd</sup> grade of high-school education of public and private schools of the city of João Pessoa, which we had access to. For believing that textbooks, in last instance, is the material that in fact drives the teacher's work, we will still present a paraphrase about the reviews of the *Catálogo do Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio-PNLEM/2005: Língua Portuguesa*, since this text is also elaborated to this reader: the teacher.

**Keywords:** Official proposals for the teaching of the portuguese language, teaching programs, teacher.

### RESUMO

Tendo em vista ser o professor o sujeito-leitor privilegiado das propostas curriculares nacionais de um novo projeto político-pedagógico para o Ensino Médio, nosso objetivo, neste trabalho, é tecer algumas considerações sobre essas propostas, procurando refletir sobre as dificuldades de entendimento apresentadas nesses documentos oficiais e o esforço dos professores para seguir a proposta sugerida pelo MEC em suas práticas pedagógicas. Percebemos isso observando alguns programas de ensino (planos de curso) de Língua Portuguesa da 3<sup>a</sup> série do ensino médio de escolas públicas e particulares da cidade de João Pessoa, os quais tivemos acesso. Por acreditar que o livro didático, em última instância, é o material que norteia, de fato, o trabalho do professor, apresentaremos, ainda, uma paráfrase sobre **as resenhas** do *Catálogo do Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio-PNLEM/2005: Língua Portuguesa*, já que este texto, também, é elaborado para esse leitor: o professor.

**Palavras-chave:** Propostas oficiais para o ensino de língua portuguesa, programas de ensino, professor.

## INTRODUÇÃO

É sabido que, na era da Revolução Tecnológica e da Globalização, as informações são rapidamente superadas em decorrência de novas tecnologias. Por isso, mudanças se fazem necessárias no setor educacional. Para legitimar essa idéia de mudança, o MEC elaborou, além de outros documentos oficiais

\*UFAC - vkamel@bol.com.br

(LDB, DCN – EDUCAÇÃO BÁSICA), os Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio – (PCNEM) com o intuito de orientar os professores na elaboração de um novo currículo.

Pensar um novo currículo para o Ensino Médio coloca em presença estes dois fatores: as mudanças estruturais que decorrem da chamada “revolução do conhecimento”, alterando o modo de organização do trabalho e as relações sociais; e a expansão crescente da rede pública, que deverá atender a padrões de qualidade que se coadunem com as exigências desta sociedade (PCNEM, 1998, p.7).

A idéia de escrever sobre os discursos governamentais (PCNEM, PCN+, OCNEM) surgiu quando participamos do Seminário Regional sobre *Orientações Curriculares do Ensino Médio*, no período de 04 a 05 de novembro de 2004, na cidade de João Pessoa-PB. O objetivo deste Seminário era promover discussões em torno destes documentos, a fim de subsidiar o trabalho do professor na elaboração da proposta pedagógica.

Em seguida, no período de 28 de março a 01 de abril de 2005, participamos do VII CCHLA – CONHECIMENTO EM DEBATE, realizado na Universidade Federal da Paraíba-UEPB. Nesta ocasião, no Simpósio intitulado POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENSINO DE LÍNGUAS E LITERATURAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA, apresentamos o trabalho: *PCNEM: Programas de ensino e o discurso oficial*, no qual analisamos o conteúdo dos programas de ensino de Língua Portuguesa da 3ª série do Ensino Médio de escolas públicas e particulares da cidade de João Pessoa-PB, comparando estes programas ao discurso do MEC – discurso oficial. Verificamos se os programas de Ensino Médio estavam de acordo com os conteúdos indicados pelos PCNEM.

Nosso interesse por esse assunto justifica-se, principalmente, no fato de sermos professora em um Curso de Letras. Como sabemos, em todo Curso de Licenciatura, formamos sujeitos que atuarão como professores no Ensino Básico, responsáveis, portanto, pela formação de outros sujeitos.

Nosso propósito, neste trabalho, é tecer algumas considerações sobre essa proposta do MEC, veiculada através de documentos oficiais, já citados, para a elaboração de um novo currículo para o Ensino Médio, tendo em vista ser o professor o sujeito-leitor privilegiado das propostas curriculares nacionais de um novo projeto político-pedagógico. Procuraremos refletir sobre as dificuldades de entendimento apresentadas nesses documentos. Nessas reflexões, utilizaremos, além de documentos oficiais, o mesmo *corpus* coletado para o trabalho apresentado no Simpósio, anteriormente citado, na tentativa de mostrar que o professor, apesar do problema de compreensão desses documentos, se esforça para seguir a proposta sugerida pelo MEC em suas práticas pedagógicas, conforme percebemos nos programas de ensino (planos de curso) aos quais tivemos acesso.

Além disso, por acreditar que o livro didático, em última instância, é o material que norteia, de fato, o trabalho do professor, apresentaremos, ainda, uma paráfrase<sup>1</sup> sobre **as resenhas** do *Catálogo do Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio-PNLEM/2005: Língua Portuguesa*, já que este texto, também, é elaborado para esse leitor: o professor.

## 1. PROPOSTA DE UM NOVO ENSINO MÉDIO

A partir da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96), o Ensino Médio ganha uma nova identidade: Ensino Médio agora é etapa final do Ensino Básico (Infantil, Fundamental e Médio). Propõe-se, no nível do Ensino Médio, a formação geral, em oposição à formação específica, e o desenvolvimento de capacidades – pesquisar, analisar, selecionar, aprender, criar, elaborar etc., enfim, “um currículo baseado no domínio de competências básicas e não no acúmulo de informações” (PCNEM, 1998, p.4).

Partindo de uma visão democrática, as orientações nacionais – definidas pelo Ministério da Educação Nacional – distribuem responsabilidades para a operacionalização desse novo projeto político-pedagógico. Cabe a cada Secretaria de Educação Estadual elaborar os programas de ensino, e é tarefa das escolas a elaboração das propostas pedagógicas.

Ora, ocorre que essa proposta de um novo currículo para o Ensino Médio sugerida pelos PCNEM, em 1998, e pelos PCN+, em 2002, até o momento, não se concretizou de fato nas escolas, porque, dentre outros fatores, esses documentos trazem uma linguagem muito hermética, a própria estrutura do texto em si é problemática, os conceitos apresentados, na maioria das vezes, são mesclados de diferentes linhas teóricas.<sup>2</sup> Isso dificulta a compreensão dos textos por parte dos professores, embora, teoricamente, sejam eles os interlocutores privilegiados desses documentos. Alguns até desconhecem essas teorias<sup>3</sup>, além

---

<sup>1</sup> Acerca dessa noção, Orlandi (2000, p. 36) afirma que “Os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços do dizer”.

<sup>2</sup> Para melhor esclarecimento dessa idéia, ver Sousa e Vilar (2004).

<sup>3</sup> Como os PCNEM trazem conceitos básicos de teorias que foram divulgadas recentemente, é natural que o professor que se formou há algum tempo desconheça. CUNHA (2004, p. 34) questiona essa problemática “(...) encontramos alguns conceitos centrais do sócio-interacionismo, apesar de não haver nenhuma referência à fonte: ‘interatividade, o diálogo, a construção de significados na, pela e com a linguagem’. Usam-se esses conceitos como se a maioria dos professores do Ensino Médio tivesse um conhecimento partilhado da teoria, o que é pouco provável, tendo em vista que a divulgação dos postulados bakhtinianos começou há menos de duas décadas, tendo sido introduzidos em pouquíssimos currículos dos cursos de Letras bem recentemente”.

disso, as condições de trabalho não favorecem – não sobra tempo para atualizarem seus conhecimentos. E mais, a desvalorização profissional do professor, principalmente o baixo salário, dificulta a aquisição de livros atualizados e o acervo das bibliotecas das escolas, por sua vez, também não oferece livros teóricos atualizados que dêem subsídios ao trabalho do professor.

Outro problema que agrava ainda mais esse quadro deficitário é que o professor é o último a conhecer os documentos elaborados pelo MEC. Parece que esses documentos nunca chegam às escolas, ou quando chegam ficam nas “gavetas” ou nas “estantes”, longe do alcance do professor. Com todos esses problemas, como é que o professor, principal agente transformador da realidade escolar, pode, efetivamente, participar da construção de uma nova proposta pedagógica?

## 1. ORIENTAÇÕES CURRICULARES DO ENSINO MÉDIO

Em busca de uma solução para o problema, o MEC, através da sua equipe, reconhecendo os problemas existentes, principalmente a falta de clareza dos dois documentos anteriores (PCNEM, PCN+), elaborou um novo documento **Orientações Curriculares do Ensino Médio** e promoveu, de outubro a novembro/2004, cinco seminários regionais e, em dezembro de 2004, um seminário nacional, com o objetivo de consolidar a organização curricular do Ensino Médio.

Sendo assim, vamos nos ater a esse documento – Orientações Curriculares do Ensino Médio –, especificamente, no que diz respeito à área de *Linguagens, Códigos e suas Tecnologias*, parte de Língua Portuguesa, cujo subtítulo é **Os PCNEM e os PCN+/ Língua Portuguesa (Língua Materna, LM) – desencontros de vozes.**

Como o próprio subtítulo sugere, este documento tece críticas aos dois documentos anteriores: PCNEM e PCN+. Vejamos:

[...] os PCN+, ao fazerem uma tentativa de operacionalização deixada de lado pelos PCNEM, recorrem a uma diversidade eclética de teorias, já impregnadas na cultura do senso comum das escolas, e organizam o ensino de maneira bastante disciplinar e próxima ao currículo consolidado nas práticas. Nada, portanto, mais distante das intenções de reforma das DCNEM. Para que os parâmetros para o Ensino Médio de Línguas (Materna, Estrangeiras) se tornem operacionais, dando continuidade à educação de nível fundamental, é preciso, portanto, discutir e definir com clareza **uma compreensão teórica sobre a linguagem e a aprendizagem**” (OCNEM, 2004, p. 35).

O interessante de se observar é que o discurso oficial deveria servir de parâmetro para definir e nortear a elaboração do novo currículo, no entanto, se constitui num texto abrangente, confuso, sem esclarecer, exatamente, o que

deve ser ensinado e quando deve ser ensinado. A mistura de teorias lingüísticas presentes nesses documentos e, por sua vez, empregada nos conceitos, como por exemplo, os de linguagem e língua veiculados pelos PCNEM, que trazem duas perspectivas teóricas – estruturalismo e sócio-interacionismo –, dificulta a definição de uma proposta pedagógica por parte dos professores que, sem saber exatamente como acompanhar essa proposta, acabam, no geral, ensinando, em sala de aula, a partir do currículo consolidado. Acerca da mistura teórica nesse documento, Cunha (2004, p. 34) afirma que

há uma intenção de se trazer para o Ensino Médio a concepção de linguagem da abordagem sócio-interacionista, mas a visão de língua como sistema ou como código permeia o texto. Parece que não se compreendeu que a escolha de um dos dois paradigmas tem repercussões teóricas e metodológicas profundas no ensino de línguas.

Ao tecermos esses comentários não estamos negando a importância das orientações nacionais para a educação, mas, a nosso ver, elas devem ser claras, para que realmente constituam subsídios para a elaboração dos programas de ensino e para a formação dos professores (seja nos cursos de Licenciaturas, seja nos cursos de formação – educação continuada). Aí sim a escola pode cumprir a sua tarefa: elaborar uma proposta pedagógica de acordo com as orientações nacionais, e com as mudanças sociais.

A proposta exposta nos documentos oficiais (PCNEM, PCN+) é organizar o trabalho escolar a partir de um projeto curricular interdisciplinar, sem perder de vista que a “proposta pedagógica do Ensino Médio deve ter como referência a continuidade dos estudos, o exercício da cidadania e o mundo do trabalho” (OCNEM, 2004, p. 12).

De acordo com as Orientações Curriculares Nacionais do Ensino Médio, os enfoques necessários à reorganização curricular são:

1. Propiciar a reinterpretação e reorganização dos PCNEM e das DCNEM, priorizando o aluno-sujeito, respeitando a diversidade cultural, privilegiando o diálogo e a construção coletiva do currículo;
2. Rever a concepção de avaliação predominante que coloca ênfase no resultado em detrimento do processo de ensino e aprendizagem, ou seja, promover a avaliação qualitativa no lugar da quantitativa;
3. Criar condições para o desenvolvimento de parâmetros e diretrizes curriculares locais, com a mediação das Secretarias de Educação e do MEC, em consonância com as diretrizes nacionais;
4. Tratar como política sócio-cultural o tema relativo às orientações curriculares nacionais;
5. Entender a importância de trabalhar o desenvolvimento da capacidade crítica dos alunos em relação aos padrões universais de conhecimento escolar até hoje instituídos;

6. Trabalhar o conceito de competência enquanto conhecimento necessário à compreensão e atuação crítica quanto às questões de ordem ética, social e econômica;
7. O movimento de reorganização da escola deve estar sustentado no tripé: currículo, formação de professores e gestão, a serem plenamente considerados;
8. Assegurar condições teóricas e materiais para a comunidade escolar assumir papel significativo na elaboração e execução do currículo (OCNEM, 2004, p.12-13).

Para que aconteça uma mudança no Ensino Médio é, realmente, necessário que esta política de reorganização proposta por este novo documento (OCNEM) de fato, se efetive; principalmente, no que diz respeito à perspectiva teórica adotada.

Particularmente quanto à disciplina de Língua Portuguesa, as Orientações Curriculares Nacionais sugerem que, para se consolidar um novo currículo, é necessário que haja uma discussão com a finalidade de definir com clareza “**uma compreensão teórica sobre a linguagem e a aprendizagem**”.

Partindo dessa reflexão, esse documento orienta para a elaboração de uma proposta pedagógica em que se privilegie trabalhar a linguagem em funcionamento, pois entendem que é através da linguagem que as pessoas agem no mundo. Fica claro, então, que a linguagem acontece na interação entre interlocutores (escritor e leitor, falantes e ouvintes), que constroem significados a partir de seus posicionamentos sociais, levando-se em conta o quando e o onde da interação. Significa dizer que os significados são contextualizados. Nesse sentido, as Orientações Curriculares do Ensino Médio (2004) apontam para uma concepção de linguagem que abrange três importantes dimensões: **construcionista, sócio-interacional e situada**, na medida em que

trazem à tona o fato de que a linguagem não ocorre em um vácuo social e que, portanto, textos orais e escritos não têm sentido em si mesmos, mas interlocutores (escritores e leitores, por exemplo) situados no mundo social com seus valores, projetos políticos, histórias e desejos constroem seus significados para agir na vida social (OCNEM, 2004, p. 37).

Seguindo nessa direção, a aprendizagem é também apresentada como de **natureza social**, “aprender é, principalmente, um ato social no sentido que aprendemos de e com os outros envolvidos na busca de conhecimentos e significados comuns” (OCNEM, 2004, p.39). Esse posicionamento altera a compreensão de que a aprendizagem é um ato individual e aponta para o fato de que a aprendizagem acontece em coletividade.

Assim, as Orientações Curriculares Nacionais do Ensino Médio indicam uma nova direção teórica – parece-nos que norteada/respaldada, principalmente,

pela Lingüística Textual, pela Lingüística Aplicada e pela Sociolingüística: trabalhar a disciplina de Língua Portuguesa na perspectiva do letramento.

Pensar o trabalho pedagógico com base **na natureza situada da aprendizagem** e da construção do conhecimento comum por meio de tarefas para possibilitar o letramento escolar parece ser uma preocupação necessária nos PCNEM (OCNEM, 2004, p.40).

Acreditamos que até o momento essa proposta de um novo currículo para o Ensino Médio ainda não se consolidou, no entanto, apesar das dificuldades de compreensão, os PCNEM, se não tiveram, nesses oito anos, clareza suficiente para serem implantados, serviram pelo menos para suscitar reflexões e preocupações, o que já é um bom começo.

## 2. TENTATIVA DE SEGUIR AS ORIENTAÇÕES CURRICULARES NACIONAIS

Apesar das dificuldades de compreensão e consolidação do novo currículo para o Ensino Médio, observando Programas de ensino de Língua Portuguesa do 3º ano, percebemos o esforço dos professores em querer seguir as orientações curriculares. Encontramos, nesses programas, referências às noções propostas pelos PCNEM, embora, de modo geral, predomine o ensino da gramática normativa.

De qualquer maneira, duas realidades educacionais se impõem no Ensino Médio: de um lado, as escolas públicas – consideradas, grosso modo, de má qualidade – e, de outro, as particulares, preocupadas em preparar o educando para o vestibular. Estas mais valorizadas pela sociedade porque há nelas uma possibilidade maior do aluno ingressar no ensino superior.

Esta última idéia, presente nas práticas sociais, se reflete no próprio contexto de ensino. Quando tentei obter programas de ensino (planos de curso) de Língua Portuguesa do 3º ano – Ensino Médio, de escolas particulares da cidade de João Pessoa-PB, a única informação que conseguimos dos coordenadores e professores das escolas que procuramos foi a de que seguiam o programa do vestibular. Diante desse fato, fomos levadas a incorporar nessas reflexões o programa de vestibular da UFPB/PSS-2005<sup>4</sup>.

Observando, neste programa, o conteúdo de Língua Portuguesa, percebemos que este já faz referências ao projeto interdisciplinar sugerido pela LDB e pelos PCNEM, conforme o seguinte trecho:

A UFPB/COPERVE, tendo em vista o estabelecimento na LDB – Lei Diretrizes de

---

<sup>4</sup> O Manual do Candidato da UFPB/PSS-2005, por ser um texto público e de fácil acesso, não está anexado neste trabalho.

Bases da Educação Nacional, poderá utilizar nas provas de seu Processo Seletivo Seriado questões **interdisciplinares**, objetivando avaliar **competências e habilidades** com as quais os candidatos possam assimilar informações e aplicá-las em situações contextualizadas (Manual do Candidato, PSS 2005/UFPB) (grifo nosso).

Este programa de vestibular, ao incluir noções veiculadas pelos discursos governamentais, tais como a LDB, demonstra que há uma preocupação, por parte dos professores que compõem a equipe do vestibular, em acompanhar as mudanças propostas pelo MEC, pelo menos no que diz respeito aos programas de Literatura, Leitura e Redação, apesar do programa de língua permanecer vinculado aos moldes tradicionais.

No que diz respeito às escolas públicas de Ensino Médio da cidade de João Pessoa, o acesso aos programas de ensino de Língua Portuguesa do 3º ano, nas escolas que procuramos, não foi uma tarefa fácil. Com muito esforço, conseguimos dois programas<sup>5</sup>. Não sabemos dizer exatamente o porquê. O fato é que encontramos uma preocupação por parte dos professores de elaborarem seus programas de ensino de acordo com os PCNEM, embora ainda predomine no ensino de Língua Portuguesa conteúdos regulados pela tradição gramatical.

Neste momento, vale ressaltar o esforço de professores do Ensino Médio, das escolas públicas da cidade de João Pessoa, em querer seguir as orientações curriculares nacionais. Por exemplo, no Plano de Curso I (um texto ainda em construção), observamos que as mudanças se fazem presentes a partir do título: PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO – 3ª versão, e continua nos objetivos:

- Proporcionar o contato e a exploração da linguagem oral e escrita como instrumento sócio-cultural construído pelo homem ao longo de sua história, explorando as suas diversas funções, sua funcionalidade, bem como a experimentação e a aplicação de sua estrutura.
- Explorar a língua na sua potencialidade como instrumento de interação, interpretação e compreensão de diferentes tipos de textos.
- Estimular o desenvolvimento da leitura como forma de comunicação e acesso aos diversos modos de pensar, interpretar e representar a realidade, buscando a compreensão de que a língua apresenta diferentes representações, intencionalidade e juízo de valores.
- Promover a relação da língua com outras manifestações da linguagem.

Encontramos, também, no Plano de Curso II, uma observação que reafirma essa reflexão. Vejamos:

---

<sup>5</sup> Por uma questão de ética, os planos de curso citados não estão anexados. As partes selecionadas para reflexão foram literalmente transcritas de acordo com o original.

OBS. A fim de seguir as orientações prescritas pelo PCNs, as turmas deverão elaborar, mediante orientação do professor, um projeto que aborde uma questão a ser acordada no grupo e sirva de motivação para estudos lingüísticos aplicáveis ao cotidiano do aluno ou de sua comunidade.

Podem servir de roteiro algumas sugestões como *variações lingüísticas da comunidade, seleção lexical de grupos específicos (times de futebol, feirantes, vendedores ambulantes etc); uso do pronome “tu” nas comunidades de que o aluno faz parte; uso de expressões mantenedoras do diálogo oral, como: “á, né, bom”, entre outros).*

Sendo assim, podemos reafirmar que, apesar do novo currículo ainda não ter sido de fato implantado, há um esforço por parte dos professores em querer seguir as mudanças propostas pelos PCNEM. Tanto é que a presença de professores, no Seminário Regional Nordeste, foi maior do que a esperada.

Quanto aos conteúdos de ensino de Língua Portuguesa dos dois Planos de Curso I e II do Ensino Médio – 3º ano, estão assim distribuídos:

## PLANO DE CURSO I

1. Leitura e produção de textos
2. Gramática aplicada aos textos (Fonética e fonologia; noções de prosódia e ortoépia; acentuação tônica; separação silábica na translineação; ortografia)
3. Morfologia
4. Morfossintaxe das classes gramaticais
5. Significação das palavras. Sinonímia e antonímia, parônima, homonímia e polissemia. Formas variantes.
6. Empregos de sinais de pontuação
7. Sintaxe de função (Frase, oração e período; Análise sintática: período simples e período composto)
8. Sintaxe de relação (Sintaxe de regência; sintaxe de concordância; sintaxe de colocação)
9. Emprego da crase.

## PLANO DE CURSO II

1. Gramática  
Leitura de textos diversos  
Recursos lingüísticos presentes nos textos trabalhados em sala  
O Verbo e as Conjugações  
O Verbo, o Nome e a Concordância

O Verbo, o Nome e a Regência  
Colocação Pronominal  
Estudo específico das palavras QUE e SE

2. Produção de Textos  
O texto imagético  
As tipologias textuais  
Introdução aos Gêneros Textuais

Observemos que nos dois planos está contemplado o ensino de Língua Portuguesa tanto numa perspectiva mais inovadora – como trabalhar leitura e produção de textos, variações lingüísticas, tipologias textuais, gêneros textuais etc – quanto numa perspectiva mais tradicional – como, por exemplo, o estudo da morfologia, da morfossintaxe, da sintaxe de função e de relação, sem referência a uma contextualização desse estudo.

Enfim, isso demonstra que, apesar da tentativa de consolidação do novo currículo para o Ensino Médio, proposto pelo MEC, este, de fato, ainda não se concretizou.

#### **4. PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO PARA O ENSINO MÉDIO**

Conhecedor dos problemas existentes, o Governo Federal implantou programas alternativos, buscando soluções para melhorar a qualidade do ensino das escolas públicas de Ensino Médio, como por exemplo, o Programa de Qualificação para o Professor – Educação Continuada.

Desde 1985, com a implantação do PNL D, o Governo distribui livros didáticos aos alunos matriculados no Ensino Fundamental das escolas públicas. Como o Livro Didático contribui sobremaneira para a aprendizagem do aluno e para o trabalho do professor, o Governo Federal resolveu ampliar o Programa e distribuir Livros didáticos, também, para o Ensino Médio.

Sendo o Governo Federal o maior “consumidor” do livro didático, este é produzido e avaliado de acordo com o discurso oficial, pois a maioria das obras é comprada pelo PNL D – Programa Nacional do Livro Didático – MEC.

O Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio será implantado gradativamente, por isso, em 2005, serão distribuídos obras de Língua Portuguesa e de Matemática aos alunos matriculados na 1ª série da rede pública de ensino das regiões Norte e Nordeste (PNLEM, 2004, p. 9).

Queremos fazer um parêntese e chamar a atenção para essa realidade brasileira – **a da pobreza** –, principalmente, dessas duas regiões, talvez a causa

principal do fracasso na educação. Por isso, a distribuição do Livro Didático, também para o Ensino Médio, será fundamental para a educação desse povo carente.

Para facilitar, dar maior segurança e apoio ao professor na hora de escolher o livro didático com que vai trabalhar, o MEC, tendo como base a avaliação de especialistas, elaborou o Catálogo Nacional do Livro para o Ensino Médio – PNLEM/2005, contendo análises de livros didáticos nas áreas de Matemática e Língua Portuguesa. Vale ressaltar que, obviamente, todos os livros didáticos analisados estão em “sintonia com a legislação e os demais instrumentos oficiais que regulamentam e orientam a Educação Nacional” (PNLEM, 2004, p. 10).

Na área específica de Língua Portuguesa, os especialistas resenharam nove livros didáticos. Os livros são publicados em volume único e o escolhido será utilizado nas três séries do Ensino Médio, nos anos de 2005, 2006 e 2007.

Para que a escola receba os livros, os professores devem analisar as resenhas do Catálogo, escolhendo o livro que melhor se adequa ao seu projeto de trabalho.

Os nove livros didáticos resenhados na área de Língua Portuguesa ora apresentam-se como manual, ora como compêndio.<sup>6</sup> Na verdade, são quatro livros organizados como compêndios, quatro como manuais e um que se equilibra entre compêndio e manual.

De acordo com as resenhas, os conteúdos dos livros didáticos ora tendem para o ensino de Língua Portuguesa numa perspectiva mais inovadora, ora tendem para o ensino nos moldes tradicionais. Na maioria, há um equilíbrio entre a tradição e a novidade. No que diz respeito ao ensino de leitura e produção de textos, o objetivo da maioria é o de desenvolver a proficiência em leitura e formar leitores críticos, para isso, utilizam textos verbais e não verbais de tipos e gêneros diversificados; além disso, algumas obras trazem o ensino sistematizado da linguagem oral.

Quanto ao ensino de produção de textos, algumas obras trabalham a escrita como processo, outras exploram as condições de produção, e outras vêem a leitura como uma preparação para a ação de escrever.

Conforme destacam as resenhas, não há um consenso entre as obras, em relação ao ensino da gramática. Algumas revelam um ensino de gramática reflexivo, associado ao uso da língua. Estas entendem a língua como uma atividade

---

<sup>6</sup> O PNLEM (2004, p. 17) considera como “compêndio o livro didático que visa primordialmente expor de forma sistemática todos os conteúdos curriculares mais relevantes da disciplina num determinado nível de ensino, deixando a cargo do professor a seleção e ordenação, a cada série e a cada aula. Pode ou não propor exercícios e atividades. Já o manual é o livro didático que se organiza basicamente como um roteiro de atividades de ensino/aprendizagem, concebidas e organizadas de acordo com uma determinada prática docente. Por isso mesmo, sempre traz exercícios e atividades e tende a organizar-se por série”.

social e adotam a linguagem, numa perspectiva bakhtiniana, como interação verbal entre sujeitos históricos. Há, também, as que exploram os modos de como a gramática pode ser concebida: internalizada, descritiva e normativa. Há, ainda, as obras em que o ensino de gramática mantém-se fiel à tradição, ou seja, priorizam a gramática normativa como um apoio para concursos vestibulares.

É interessante observar que mesmo as obras que têm como base a tradição, exploram atividades e exercícios decorrentes de bons vestibulares e do ENEM, que exigem do aluno uma capacidade de reflexão sobre a língua.

Apesar das obras ora tenderem para uma perspectiva de ensino mais inovadora, ora para uma mais tradicional, segundo consta das resenhas, a leitura perpassa quase todas as atividades, estando, na maioria das vezes, ligada, principalmente, ao ensino de literatura e produção de textos. É interessante observar, também, que mesmo quando a abordagem da gramática é associada ao uso e funcionamento da língua, quando necessário, emprega-se a metalinguagem para facilitar a compreensão do fenômeno lingüístico.

Outro ponto destacado é que, em algumas obras, o ensino de literatura está coerentemente articulado com o ensino de leitura, escrita e conhecimentos lingüísticos, mostrando-se bastante inovador. Além disso, a seleção de textos é bem diversificada e sempre que possível os textos são apresentados na íntegra, quando não é possível, o fragmento presente tem unidade de sentido.

Por outro lado, também se chama a atenção, nas resenhas, para o fato de que outras obras mostram um ensino de literatura bastante conservador, convencional, abordam conteúdos tradicionais, como os estilos de época – apresentados em ordem cronológica –, contextos históricos, assim como os dados biográficos e bibliográficos dos principais autores de cada período.

Segundo o que está exposto nas resenhas, em quase todas as obras, o livro do professor é bem elaborado. Os objetivos e os pressupostos teórico-metodológicos que orientam a obra, na maioria das vezes, estão explícitos, de forma coerente, servindo de subsídio indispensável para o desenvolvimento do trabalho em sala de aula. Além disso, os princípios teórico-metodológicos apresentados no livro do professor acabam contribuindo para a atualização do professor. Somente em dois livros resenhados, tais pressupostos não são explicitados no livro do professor.

Quanto à bibliografia apresentada nos livros didáticos, são poucos os que trazem uma bibliografia básica para cada um dos temas tratados ou para cada unidade, além da bibliografia geral da obra.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dessas considerações, verificamos que o setor educacional realmente precisa mudar. Um novo currículo se faz necessário para atender às

exigências da sociedade atual e do projeto curricular interdisciplinar proposto nos documentos oficiais.

Talvez a solução para o ensino seja enfatizar a leitura em todas as disciplinas com o objetivo de formar um leitor crítico e competente, preparando o cidadão para a vida moderna. Especificamente, no que diz respeito à disciplina de Língua Portuguesa, além da ênfase na leitura, a clareza de teorias e dos conceitos de linguagem e aprendizagem deve ser norteadora das atividades do professor em sala de aula.

Mais importante ainda, para a melhoria da qualidade do ensino nas escolas de Ensino Médio, é a qualificação do professor e sua valorização profissional.

## REFERÊNCIAS

**CATÁLOGO DO PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO PARA O ENSINO MÉDIO – PNLEM/2005.** Ministério da Educação: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Brasília, 2004.

CUNHA, Dóris de Arruda C. da. Uma análise de concepções e conceitos: linguagem, língua, sentido, significação, gênero e texto. In: SOUSA, M<sup>a</sup>. Ester Vieira de; VILAR, Socorro de Fátima P. **Parâmetros curriculares em questão: o ensino médio.** João Pessoa: Editora Universitária-UFPB, 2004.

**MANUAL DO CANDIDATO: PSS/2005-UFPB** – Universidade Federal da Paraíba.

**ORIENTAÇÕES CURRICULARES DO ENSINO MÉDIO.** Ministério da Educação: Secretaria de Educação Básica – SEB, Departamento de Políticas de Ensino Médio, Brasília – DF, 2004.

ORLANDI, Eni P. (2000) **Análise de discurso: princípios e procedimentos.** São Paulo: Campinas, Pontes.

**PARÂMETROS CURRICULARES PARA O ENSINO MÉDIO.** Ministério da Educação: Secretaria de educação Média e Tecnológica, 1999.

**PCN+ Ensino Médio – Orientações Educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais.** Brasília: MEC, 2002.

**PLANOS DE CURSO ENSINO MÉDIO – 3ª série:** Escolas Públicas do Município de João Pessoa, 2004.

SOUSA Maria Ester V. de & Socorro de F. P. VILAR. (2004) **Parâmetros curriculares em questão: o ensino médio.** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB.

